

Novo sistema tributário dará impulso ao país

28/7/2023

EDILSON BALDEZ DAS NEVES

O novo sistema tributário brasileiro é a pauta principal do Senado Federal, após aprovação das regras de transição na Câmara Federal, no dia 7 de julho, e que será encaminhada aos senadores para análise e votação, após o recesso parlamentar. O projeto aprovado na Câmara dos Deputados é positivo e poderá aumentar a competitividade das empresas e acelerar o ritmo de crescimento econômico dos estados e da nação.

No plenário do Senado deverão ser debatidos pontos importantes como a preservação da estrutura do Imposto de Valor Agregado (IVA), para garantir o bom funcionamento do novo sistema de tributação do consumo. O texto final está previsto para entrar em votação até outubro e, após aprovado, poderá ser promulgado ainda em 2023. O IVA nesse modelo, absorveria O IPI, o PIS, a Confins, O ICMS e o ISS, o que permitirá maior transparência e facilidade no processo que envolve a tributação no Brasil.

A reforma é discutida no Congresso Nacional há três décadas. Durante esse longo período a Confederação Nacional da Indústria (CNI) acompanhou todo o andamento das propostas que circularam nos plenários das duas Casas, sugerindo alterações em alguns capítulos da legislação, com direcionamento ao novo marco tributário. Cabe agora aos senadores eliminarem a possibilidade de criação de novos subsídios dos estados e vedar a incidência do Imposto Seletivo sobre todos os insumos das cadeias produtivas.

A aprovação pela Câmara da reforma, após exaustiva negociação, elimina distorções que travavam o crescimento das empresas e da economia, e alinha o país às melhores práticas tributárias em vigor no mundo. Um avanço considerável que simplificará a operacionalidade das micro, pequenas, médias e grandes empresas e aumentará a participação do setor produtivo no mercado internacional.

Nesse ínterim, esta Federação promoveu seminários sobre essa pauta, trazendo para debates nesta casa da Indústria, palestrantes especialistas do tema para que a classe industrial, membros do governo, parlamentares como o ex-relator e ex-senador Roberto Rocha e o deputado federal Luiz Carlos Haully, relator do tema na Câmara Federal, além de outros experientes conferencistas da CNI e de outras instituições, para que expusessem subsídios para o melhoramento dos sistema tributário e os rumos à serem seguidos para aprovação da pauta pelo Congresso Nacional.

A reforma mantém longa vida a Zona Franca de Manaus ao estender até 2073, o tratamento diferenciado as empresas implantadas nesse polo econômico. Como cria também o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FDR), um mecanismo mais eficiente para a promoção do crescimento econômico das regiões menos desenvolvidas, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais.

A CNI aprova a manutenção da essência do modelo do IVA e indica alterações fundamentais a serem estudadas no Senado Federal como excluir do rol do Imposto Seletivo, os tributos que podem incidir sobre energia elétrica, combustíveis e serviços de telecomunicações, para inibir a cumulatividade do novo sistema tributário, eliminando novas contribuições estaduais, para frustrar qualquer tentativa de aumento da carga tributária.

A FIEMA vai realizar um seminário para discutir o projeto da Reforma Tributária, em tramitação no Senado Federal. O evento acontecerá no próximo dia 5 de setembro, na sede desta Federação, em ambiente presencial e virtual, contando com a presença da classe industrial, empresários, membros do governo estadual, auditores fiscais, parlamentares, prefeitos e sindicatos associados, com palestrantes da CNI, da OAB/MA, de auditores fiscais da SEFAZ-MA e de outros especialistas dessa pauta.

O texto que será apreciado pelo Senado dá clareza tributária a quem produz, reduz o Custo Brasil, melhora o ambiente de negócios, garante maior segurança ao empreendedor, inclui a perspectiva de promover maior geração de empregos e melhorará a vida dos trabalhadores e da sociedade.

A reforma tributária é fundamental para o crescimento do país. Se é boa para o Brasil, é boa para você e, também, para o cidadão-consumidor brasileiro.

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA
Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI